



Senhoras de seus maridos: estudo sobre casamentos de estatuto social misto nas Minas Gerais Setecentistas por meio de banco de dados e documentos digitalizados (Mariana, século XVIII).¹

O tema deste projeto são as relações de gênero em contextos escravistas sob o prisma dos casamentos de estatuto social misto em que a parte liberta é senhora de seu próprio marido, com enfoque na união entre pessoas que viveram na região do termo de Mariana durante a primeira metade do século XVIII por meio do uso de fontes digitalizadas e de metodologias utilizadas no campo das humanidades digitais. Enfatizando as relações entre casamentos e alforrias, investigaremos até que ponto e de que modo pessoas africanas, libertas e escravizadas, mobilizavam aparatos jurídicos e cristãos a partir de seus referenciais culturais africanos nas Minas Setecentistas. Não se trata, no entanto, de prever continuidades lineares entre o antigo e o novo contexto, haja vista que a história dessas pessoas foi marcada também “pelas rupturas mais aterradoras, violentas e abruptas”² nesse processo de deslocamento forçado, no âmbito do qual elas procuraram se adaptar e lidar com suas contingências. Trata-se de buscar subsídios na historiografia que lidou com a relação de gênero na África, cientes de que uma aproximação dos contextos de onde essas pessoas são oriundas é fundamental para analisarmos a inserção delas na sociedade colonial escravista,³ como a interpretam a partir de seus referenciais culturais e das “estratégias de identidades”⁴ que acontecem na experiência do cativo.

Nesse sentido, trabalhamos com a hipótese de que o casamento de estatuto social misto em que uma mulher africana é senhora de seu marido, pode conter ressignificações de elementos culturais da África Ocidental.⁵ Considerado uma instituição de dependência em

¹ A presente pesquisa é desenvolvida sob a orientação do Prof. Dr. Aldair Carlos Rodrigues e tem apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

² HALL, Stuart. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2009. P. 30.

³ LOVEJOY, Paul and TROTMAN, David V. (orgs.). **Trans-atlantic dimension of ethnicity in the african diaspora**. New York/London: Continuum, 2003.

⁴ De acordo com Luis Nicolau Parés, “os africanos desenvolviam ‘estratégias de identidade’ nas quais os atores sociais, em função da sua avaliação da situação, utilizavam seus recursos de identidade de maneira estratégica, geralmente com o intuito de atingir algum objetivo”. Ou seja, “não existiria tanto uma identidade única, fixa e rígida, mas múltiplos e cruzados *processos de identificação* gerados por contextos e interlocutores específicos” (grifo do original): PARÉS, L. N. **A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. Pp. 15-16.

⁵ A África Ocidental é o local de proveniência da maioria dos escravizados em Minas Gerais nas primeiras décadas do Setecentos. Ver: LUNA, Francisco, COSTA, Iraci. Algumas características do contingente de cativos em Minas Gerais. In: LUNA, Francisco; COSTA, Iraci; KLEIN, Herbert. **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2009; MAIA, Moacir. **De reino traficante a povo traficado: a diáspora dos**

diversas sociedades africanas, o casamento desempenhou um papel fundamental na mobilização de dependentes de acordo com os interesses das linhagens. Um homem poderia se casar com várias mulheres, inclusive com cativas.⁶ Além disso, a união com várias mulheres seria um indicativo de prestígio social, porque as esposas eram geralmente forças de trabalho.⁷ Portanto, o casamento entre senhores e escravizados não era uma configuração absolutamente inédita para a população africana que vivia no Brasil. Mais do que isso, para os africanos escravizados nas Minas Gerais o casamento pode dispor de significados atrelados às relações de dependência, apesar destas serem atravessadas pelas contingências e pelas pressões do novo contexto católico e escravista. Partindo de concepções ocidentais de matrimônio e família, a historiografia eventualmente buscou esses arranjos familiares sob uma perspectiva estranha à grande maioria das sociedades africanas, isto é, tratou de questões especificamente europeias como se fossem monolíticas, universais. Segundo Oyèrónké Oyèwùmí, essa concepção de família nuclear – centrada na mulher, filhos e filhas subordinados ao marido patriarcal – é “generificada por excelência” e desconhecida na África ainda nos dias de hoje.⁸

No contexto escravista brasileiro, as mulheres africanas sobressaíram-se na obtenção e acúmulo de pecúlio, devido tanto às suas atividades no pequeno comércio como a preferência senhorial por homens para trabalhos agrários e de mineração.⁹ Isso facilitou a compra da própria liberdade e, posteriormente, a aquisição do marido ou de um homem para se casar. Nesse sentido, essas dinâmicas fizeram com que houvesse uma transformação e um deslocamento tanto na percepção, quanto nas relações de gênero africanas, haja vista que na África a compra do cônjuge era mais uma atribuição dos homens. Do ponto de vista do matrimônio cristão, pode

courás do Golfo do Benim para as minas de ouro da América Portuguesa (1715-1760). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013 (tese de doutorado).

⁶ LOVEJOY, Paul. E. **Transformations in Slavery**. A history of Slavery in Africa. Cambridge: University Press, 2000. Pp. 13-15. Ugo G. Nwokeji também observa essa dinâmica compra de esposas e de assimilação destas nas linhagens. Segundo o autor, os Aros adquiriam mulheres para tê-las como escravizadas, as quais, com o tempo, acabavam se tornando esposas daqueles que as compraram, ou de seus filhos, principalmente se engravidassem de seus “senhores” (2001: p. 57).

⁷ THORNTON, John. **Africa and the Africans in the making of the Atlantic world, 1400-1680**. Cambridge: University Press, 1992. P. 86.

⁸ OYÈWÙMÍ, Oyèrónké. “Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas”. Tradução para uso didático de: OYÈWÙMÍ, Oyèrónké. “Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms”. **CODESRIA Gender Series**. Volume 1, Dakar, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes. P. 3.

⁹ FÁRIA, Sheila de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rei (1700-1850)**. Tese para professor titular de História do Brasil, UFF, 2004. Pp. 111-112. Ver também: FÁRIAS, Juliana Barreto. **Mercados Minas: africanos ocidentais na praça do Rio de Janeiro (1830-1890)**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012. Tese de Doutorado em História Social.

ser que o princípio de sujeição, respeito e obediência das mulheres aos seus maridos¹⁰ tenha sido tensionado quando o cônjuge era cativo da própria esposa, elaborando-se novas dinâmicas relacionais nos âmbitos doméstico, familiar e afetivo. Além disso, apesar das relações patriarcais de gênero não se dissociarem das relações étnico-raciais, pressupomos também que, como senhoras de seus maridos, estas mulheres africanas seriam as “chefes” de suas famílias e não se enquadrariam nas expectativas vinculadas às estruturas patriarcais da sociedade de então.¹¹

Tendo estes temas como pano de fundo, no estudo priorizamos estas questões no âmbito mais amplo das conexões entre Minas Gerais e a região do Golfo do Benim habitada pelos povos falantes da língua gbe, ou simplesmente “área gbe”.¹² Por isso nosso recorte cronológico abrange a primeira metade do século XVIII, pois foi nesse período que os escravizados da Costa da Mina predominaram na região de Mariana – maior município escravista da capitania. Destarte, esse recorte oferece um ângulo privilegiado para o estudo das questões centrais do projeto. Da década de 1760 em diante, se tornou preponderante uma nova rota através da qual os centro-africanos foram deslocados principalmente do porto de Luanda para o Rio de Janeiro e, em seguida, levados para a capitania mineira.

O estudo dos casamentos envolvendo pessoas escravizadas é um importante meio de análise das alianças de solidariedade, visões de mundo, formação de parentesco e identidade entre cativos e libertos. Embora as primeiras ênfases datem da década de 1980, os casamentos de estatuto social misto ainda continuam pouco explorados no âmbito da historiografia brasileira. Na esteira do campo de análise que ficou conhecido como “demografia da escravidão”, estes estudos pioneiros abriram novas vertentes interpretativas e proporcionaram a elaboração de novas perguntas às mais diversas fontes. Ainda que consistentes e importantes, estas análises, por vezes, partiram da perspectiva senhorial sobre o evento e/ou priorizaram as tendências estruturais do escravismo, indicando as realidades econômicas e demográficas como determinantes para as continuidades e rupturas dos arranjos familiares de escravizados e libertos.¹³

¹⁰ À título de exemplo podemos mencionar a carta de Paulo aos Efésios, na qual o apóstolo indica que as mulheres “em tudo” deveriam estar sujeitas aos seus maridos, devendo tratá-los “com todo respeito” (Efésios 5: 21-33).

¹¹ GHIRARDI, M. M. **Matrimonio y familias en Córdoba 1700-1850**. Prácticas y representaciones. Córdoba, Argentina: Ferreyra Editor; Centro de Estudios Avanzados: Universidad Nacional de Córdoba, 2004. P. 42.

¹² PARÉS, L. N. **O rei, o pai e a morte**. A religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África Ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. P. 43.

¹³ Sobre a perspectiva em questão, consultar: METCALF, Alida. “Vida familiar dos escravos em São Paulo no século XVIII: o caso de Santana de Parnaíba”. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 2, pp. 229-243, maio/ago., 1987. BOTELHO, Tarcísio R. “A família escrava nas Minas Gerais no século XVIII”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais: as Minas setecentistas**. Belo Horizonte, MG: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007. VI.

Com efeito, não podemos considerar esses casamentos apenas como consequência de fatores de ordem econômica e demográfica, tampouco considerá-los como reflexo das vontades dos senhores de acordo com os desdobramentos produtivos que essas uniões acarretariam, ofuscando – se não silenciando – a agência dessas pessoas. Sem desconsiderar a influência destas dinâmicas, novas contribuições passaram a priorizar a perspectiva dos escravizados quanto à opção pelo matrimônio e pela constituição de laços familiares. Nesse sentido, ainda que lidassem com as contingências do novo contexto escravista, as escolhas poderiam estar sobretudo pautadas em lógicas escravas e africanas, tais como parentesco e compadrio, planos individuais e identidades.¹⁴ Além disso, passou-se a se observar um duplo movimento: ao mesmo tempo em que se casar em uma sociedade pautada em valores católicos externava a adesão aos princípios cristãos e aumentava a autonomia dos subalternos, os casamentos de estatuto social misto poderiam gerar uma dependência, principalmente de livres e libertos, aos desejos do senhor da parte escravizada.¹⁵

No entanto, descentrando a análise dessa relação senhor-escravo acima mencionada, a partir da trajetória de Gracia de Barros e Antônio Pereira, por exemplo, notamos uma forma outra de relação em que não há perda de autonomia do lado forro, mas possivelmente um novo modo de dominação exercida no campo das relações afetivas. Em 1747, Gracia passou a alforria para Antônio, seu marido, o qual havia sido comprado através da troca de “uma mulatinha por nome Francisca”.¹⁶ Atravessada pela escravidão, esta união implica em outra dinâmica no campo das relações de gênero, ou seja, em uma nova “organização social da relação entre os sexos”.¹⁷ Destarte, o presente estudo tem em vista analisar esses casamentos com maior ênfase no papel desempenhado pelas preferências e experiências das pessoas africanas neles envolvidas.

Em suma, o presente estudo, ainda em fase inicial, visa entender de que forma as relações de controle, subordinação e violência da escravidão permeavam e atravessavam essas relações afetivas e pessoais, articulando essa problemática com os referenciais culturais desses

¹⁴ Com base em: GOMES, Flávio dos Santos. “African and slave marriage in eighteenth-century Rio de Janeiro”. In: *The Americas*, Vol. 67, No. 2 (October, 2010).

¹⁵ A perspectiva em questão é trabalhada por: CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. “Os filhos obedientes da Santíssima Igreja: escravidão e estratégias de casamento no Rio de Janeiro do início do século XVIII”. In: **Escravidão e subjetividades: no Atlântico luso-brasileiro e francês (séculos XVII-XX)** [online]. Marseille: OpenEdition Press, 2016. Available on the internet: <<http://books.openedition.org/oepp/1539>>.

¹⁶ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM). “Traslado de uma petição e carta de alforria de Antônio Pereira preto forro passada por Gracia de Barros preta forra”, 1748.

¹⁷ SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2 (1995). P. 2.

homens e mulheres africanos. Também é um desafio para pesquisa identificar os possíveis tensionamentos que essas uniões de estatuto social misto provocavam em uma sociedade patriarcal, católica e hierárquica.